

SESSÕES DO PLENÁRIO

77ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de agosto de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1ºVICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(60)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Marquinho Viana comunicando que, devido à audiência com o presidente do FNDE, em Brasília-DF, esteve ausente na Sessão do dia 12/08/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores**

inscritos)

Com a palavra a deputada Luiza Maia por 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, ontem não pude ficar aqui para participar dos debates sobre as manifestações de domingo, mas hoje quero deixar registrada a minha opinião. Gosto quando a oposição fica atenta para me ouvir, porque aqui os deputados normalmente nunca ouvem um ao outro. E eu quero registrar aqui que essa tentativa de golpe, de fazer daquela movimentação um passo adiante para o golpe que a direita conservadora, aliada ao imperialismo, quiseram fazer no domingo, quebraram a cara. Eles disseram que seria um movimento maior do que o de março, uma confusão de números informados pela Polícia, pelo instituto tal, dos organizadores, ninguém conseguiu saber realmente quantas pessoas participaram. Mas eu acho que na democracia é justo o direito de se expressar. Por isso estaremos também quinta-feira nas ruas fazendo a nossa discussão e deixando claro o que está por trás de toda essa movimentação que está havendo no Brasil, falarei disso um pouco mais no Grande Expediente.

Mas, nós vamos dar a resposta a essa tentativa de cerco que se está fazendo hoje ao nosso projeto, ao nosso partido, às forças populares, e isso não tem acontecido só no Brasil, o povo não é bobo. Os protestos não esconderam os propósitos dos conservadores e dos antidemocráticos.

A grande mídia deu uma aliviada, não sei por que, tem muita conversa aí, por que a rede Globo deu essa recuada. Tenho minhas preocupações, porque quem conhece a história dessa grande mídia do Brasil, antinacional, direitista, golpista tem que realmente se preocupar. Mas acho que a própria postura que a própria postura que a mídia teve diante da movimentação acabou não mostrando determinadas bandeiras, determinadas faixas que existiam lá pedindo o retorno da ditadura militar, intervenção, algumas bandeiras, inclusive, antidemocráticas. E acho que tudo isso mostra ao momento que o país vive e a tranquilidade que a gente precisa ter para enfrentar esse debate, fazer essa discussão, porque, apesar do caráter democrático, todo o mundo pode sair às ruas, de se expressar, nas manifestações são induzidas e influenciadas por aqueles que estão orquestrando esse absurdo golpe que a gente tem visto aí nesse debate nacional.

A presidenta Dilma foi eleita, se lá tinha 800, se tinha 500 mil pessoas nas ruas, a Presidenta Dilma foi eleita com mais de cinquenta e tantos milhões de brasileiros, vai governar até o final, porque nós entendemos que o golpe na democracia não dá certo. Para se barrar o golpe ou para se fazer frente ao golpe, temos que ter clareza do que a gente quer. Vi aí já um sindicalista propondo luta armada. Acho que se não for na democracia, se não é no voto, a gente tem que preparar a guerra, mas acho que o Brasil não quer esse tipo de atitude.

Daqui a pouco falarei melhor sobre esse momento político, mas me preocupo muito, porque cada projeto que aquela Câmara de Deputados tem apresentado a cada dia nos deixa preocupado. Agora eles aprovaram uma lei chamada Antiterrorismo e precisamos estar atentos para isso. Os movimentos sociais na postura e nos governos

de direita sempre houve uma tentativa de criminalizá-los. Não vamos deixar que o direito dos grupos sociais de se manifestarem, se organizarem e defenderem as suas demandas seja visto como terrorismo.

Quero agora, nestes poucos minutos, registrar também a minha insatisfação com o aumento do pedágio, principalmente o da Estrada do Coco. Esse é um tema que não me une com o meu governo e quero pedir aqui desta tribuna que o secretário Marcus Cavalcanti reveja essa posição, principalmente, repito, no caso do pedágio da Estrada do Coco, que já tem uma taxa alta e teve um aumento de 7% a 9%.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, gostaria de saudar os colegas da imprensa, os funcionários desta Casa, você, que está acompanhando as sessões pela *TV Assembleia*, e as Galerias, que sempre têm recebido visitantes. Quero registrar a presença do ex-vereador, secretário do PMDB, uma figura histórica do PMDB de Conquista, do tempo do MDB, Dr. Edvaldo Ferreira. Seja bem-vindo.

Gostaria de fazer um registro: no dia 18 de setembro acontecerá em Vitória da Conquista, por iniciativa do presidente do Movimento Conquista Pode Voar Mais Alto, José Maria Cayres, uma sessão especial na Câmara. E ele delegou a mim a tarefa de convidar os colegas deputados para que possam enriquecer os debates que serão travados em Vitória da Conquista por ocasião dessa sessão especial.

São 12 deputados que viajam para Salvador e Brasília e que utilizam o aeroporto regional da cidade de Vitória da Conquista. Recentemente, um representante do governo esteve lá em Vitória da Conquista e constatou que foram feitos apenas 70% da obra do aeroporto. Esta é uma conclusão do governo, após a última medição efetuada: a pista do novo aeroporto de Conquista chegou a um estágio de 70%.

E o Movimento, por não acreditar que essa licitação, anunciada inúmeras vezes, possa sair sem pressão, está convidando Vitória da Conquista e região a participarem de maneira organizada dessa sessão especial marcada para o dia 18.

O presidente pediu que eu levasse o ex-ministro Geddel Vieira Lima, que levasse Lúcio Vieira Lima, deputado federal, e que convidasse os deputados estaduais da Bahia para que possam fazer coro, pressionar o governo pela liberação dessa licitação para conclusão da obra, a licitação para as obras do terminal do Aeroporto Pedro Otacílio de Figueiredo.

Eu me lembro de que, para que a pista chegasse a esse estágio, foi necessário o envolvimento, a pedido do presidente do Movimento Conquista Pode Voar Mais Alto, de Geddel, de Lúcio, para, lá em Brasília, na Secretaria da Aviação Civil, conseguir com o ministro Moreira Franco que destravasse, que desimpedisse o andamento das

obras.

Gostaria, também, de convidar esta Casa para uma audiência pública na cidade de Vitória da Conquista nessa sexta-feira, às 4 horas da tarde. Uma audiência pública para debatermos os problemas da saúde em Vitória da Conquista. E agora, gostaria de anunciar que o nosso presidente Alan Sanches, presidente da Comissão de Saúde, vai-se empenhar para presidir os trabalhos, nesta sexta-feira, em Vitória da Conquista.

Hoje pela manhã, falei ao telefone com o Secretário, Dr. Fábio Vilas-Boas. Receptivo, ele disse que tem uma agenda aqui na sexta-feira, mas que mandará o Dr. José Rodrigues, superintendente da Regulação, para que ele possa enriquecer os debates que serão travados. E é um preposto do governo do Estado, um superintendente de Regulação que estará prestigiando a realização desta audiência pública, marcada na cidade de Vitória da Conquista, nesta sexta-feira.

São vários problemas que nós temos para debater naquela cidade: desativação de hospitais, privatização de hospital, não avança o Programa de Saúde da Família, a atenção básica emperrada, e nós estaremos debatendo os problemas da saúde, nesta sexta-feira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários da Assembleia Legislativa, Imprensa aqui presente, assistência da Galeria Paulo Jackson, hoje é um dia especial nesta Casa, porque assim como em todas as terças-feiras há esperança de que nós possamos produzir aquilo que a população tanto espera, ou seja, legislar.

E vejo que hoje se encontra na pauta do dia o projeto em que o governo do Estado, mais uma vez, demonstra a sua inaptidão para gerir a coisa pública, e busca alienar um imóvel que pertence aos servidores públicos da Bahia, para poder fazer frente aos gastos do Funprev. Eu apresentei uma emenda a esse projeto, no sentido de que o produto desta alienação seja colocado naquela conta que foi criada no Funprev e que busca o equilíbrio financeiro do Fundo.

Então, que o produto desta alienação fique lá por cinco anos para que o Funprev, que hoje já é uma dor de cabeça, não venha a ser, no futuro, aquilo que ninguém quer, a derrota de todos aqueles que deram a sua vida como servidores públicos, no Estado da Bahia.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nós, quando aqui, no início da legislatura, nos propusemos a eleger uma Mesa Diretora, tivemos o compromisso de que esta Mesa iria conduzir esta Casa de forma diferente daquela que vinha sendo conduzida. Ou seja, que os projetos de iniciativa dos deputados teriam que ser apreciados, teriam que ser votados. E mais, que esta Casa não permitiria mais a

condução, como vem sendo feita, e o tratamento que vem sendo dado pelo governo do Estado, pelo Poder Executivo, aprovando todos os seus projetos em regime de urgência, sem sequer passar por qualquer comissão desta Casa.

E este projeto, que se encontra na ordem do dia para hoje, ele não passou, ele não foi apreciado, assim como todos os outros de autoria e de iniciativa do Poder Executivo, pelas comissões temáticas. Os outros projetos que aqui foram enviados e que chegaram esta semana, todos, absolutamente todos, os projetos oriundos do Executivo esta semana, chegaram com pedido de urgência.

E nós, da Oposição, que temos como força – não a força numérica, mas, temos a força dos votos que aqui nos conduziu – temos a nossa voz para fazer do Parlamento a sua independência, a sua autonomia, para fazer desta Casa, a Casa das discussões; a Casa dos debates. Por que o governo se nega a debater esses temas?

Porque ele se nega a vir aqui para mostrar à população quanto suas proposições são legítimas, são verdadeiras, são para melhorar a vida do cidadão baiano. É isso que queremos, poder apreciar, julgar, votar naquilo que os deputados compreenderem. Existe nesse projeto de lei algumas questões do Funprev. E hoje, conversando com alguns juristas, nenhum sequer, absolutamente nenhum, ao ler uma tabela enviada para esta Casa, Dr. Geraldo, compreendeu o que se pretende com aquela tabela, com se faz o cálculo das aposentadorias. Ninguém, nenhum dos juristas, de todos que perguntei, de todos os colegas que consultei, não encontrei um que pudesse ter compreensão; imaginem o servidor, qual a compreensão que vai ter de uma legislação que vai ser votada a toque de caixa, atropelada nesta Casa.

Por isso, mais uma vez, conclamo os deputados para que façam desta Casa, a Casa do povo, da independência e da autonomia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Fábio Souto e logo após, o deputado Bobô.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente Adolfo Menezes, Srs. Deputados, venho a esta tribuna destacar o encontro que vai acontecer na próxima sexta-feira, no município de Teixeira de Freitas. Encontro esse solicitado pelo deputado Marcelino Galo, como autor dessa proposta e como presidente da Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos.

Teixeira de Freitas, Extremo Sul da Bahia, é hoje uma das regiões mais violentas do Brasil, e da Bahia, com índices de homicídios subindo a cada ano o que faz ser considerada uma das mais violentas do Brasil. E na última terça-feira o deputado Marcelino Galo fez uma audiência importante para tratar do tema do adolescente e da criança infratora. Trouxe especialistas importantes do nosso Estado para falar sobre esse tema.

Dentro dessa discussão, um dos temas colocados nessa reunião, foi que o

governo está acabando com os centros de ressocialização de crianças e adolescentes existentes nos municípios de Teixeira de Freitas e Porto Seguro.

Venho a esta tribuna para dizer, deputado Adolfo, que entendemos governos estaduais estarem cortando despesas em todo o Brasil, não só na Bahia. O governo federal também tem cortado despesas, mas temos que ter muita atenção no momento do corte dessas despesas. Quais despesas devem ser cortadas! Existem despesas fundamentais para a população como as despesas da educação, como as despesas da saúde, como as despesas que cuidam da criança e do adolescente do nosso Estado.

Imaginem! Comentava com o Presidente Marcelino Galo, na reunião de hoje na Comissão de Segurança Pública, um jovem de uma cidade como Teixeira de Freitas, que fica a 800 Km, quase, de Salvador, e esse jovem sairá de lá para ir, exemplo, a Feira de Santana. Como será o contato importante que ele precisa ter com a família? Logicamente terá muito pouco contato, morando a 700 ou 800 km de distância.

Chamo a atenção do governo do Estado que economias como essas não devem ser feitas, porque tem relação direta com o futuro do jovem. E aqui temos um dado importante a ser observado, dos jovens que se ressocializam nesse centro, deputado Herzem Gusmão, 12% voltam para a atividade criminosa. Enquanto dos presidiários adultos, esse índice é de mais de 80%. Então observamos ser de suma importância esses centros de ressocialização. Chamamos a atenção do representante do governador Rui Costa que repense essa atitude de acabar com os centros de ressocialização de Teixeira de Freitas e Porto Seguro. Será uma marca muito ruim para a recuperação dos jovens do nosso Estado.

Portanto, voltamos a esta tribuna para chamar a atenção, porque é uma medida errada e é uma economia que efetivamente não trará melhoras para os destinos da juventude do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bobô pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, boa-tarde!

Eu queria deixar registrado aqui, nesta Casa: (Lê):- “Mais de 1.000 atletas de 62 países de todos os continentes estiveram na Bahia, de 11 a 16 de agosto (domingo passado) para a disputa do Mundial Júnior de Luta Olímpica.

Pela primeira vez na América do Sul, a competição foi realizada no Centro Pan-Americano de Judo, em Lauro de Freitas, envolvendo jovens atletas na faixa de 18 a 21 anos.

A competição estilo greco-romana aconteceu na Bahia por ter oferecido melhores condições para realização do evento do que cidades como Lausanne (Suíça), Sofia (Bulgária), Rio de Janeiro, Recife e São Paulo.

A defesa da candidatura da Bahia foi feita de maneira firme e precisa na polônia, em março desse ano, pelo secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes Álvaro Gomes”.

Eu queria deixar esse registro e parabenizar o secretário por essa iniciativa em trazer para a Bahia e para a América do Sul, pela primeira vez, uma competição desse estilo milenar, importantíssima para que possamos fomentar essa atividade pouco conhecida, é verdade, aqui na Bahia, mas muito importante em todo o mundo.

Queria também deixar registrado, e acho que o deputado Alex Lima gostará desses números, porque não é só uma atividade de fomento ao esporte de alto rendimento que essa competição nos trouxe. São números muito expressivos em relação à rede hoteleira da Bahia: (Lê):- “2.600 diárias de hotéis 12.000 refeições; Mais de 20.000 espectadores no CPJ; 61 áreas funcionais envolvidas; 45 ônibus e 10 vans, totalizando mais 400 diárias de transporte.” Isso mostra a importância de eventos como esse.

Eu quero deixar registrado aqui, Sr. Presidente, os meus parabéns ao governador Rui Costa, ao secretário de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte Álvaro Gomes, e também ao diretor-geral da Sudesb Dr. Elias Dourado – com a sensibilidade –, por trazerem essa competição tão importante para a Bahia, Brasil e América do Sul.

Espero que tenhamos mais competições desse porte. Repetimos que o esporte não é só uma atividade lúdica, inclusiva, mas que mexe com a economia da cidade e do Estado, impulsionando a rede hoteleira, sobretudo no momento em que vivemos hoje, de baixa estação, com pouca frequência nos hotéis de Salvador, da Bahia.

Parabéns governador Rui Costa! Parabéns secretário Álvaro Gomes! Parabéns Dr. Elias Dourado! Espero, em breve, comemorar mais competições da grandiosidade desse porte, já que as olimpíadas estão próximas.

No próximo ano, a própria Bahia estará inserida nesse contexto, participará com o futebol masculino e feminino nas olimpíadas de 2016.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, querido deputado Adolfo Menezes, Sr^{as} e Srs Deputados, Srs Funcionários desta Casa, quero fazer um convite à deputada Luiza Maia e a mais alguns deputados desta Casa que precisam embarcar, meu caro deputado Luciano Ribeiro, no túnel do tempo. Ficam alguns ainda, aqui, fazendo aquele discurso do passado, da década de 70, precisam embarcar no túnel do tempo para descer nos dias de hoje.

Fala-se de imperialismo, que a direita quer copiar, em golpe, entendendo que o nosso País está navegando às mil maravilhas. Eu diria que golpe foi a sangria que

fizeram nas veias dos cofres da Petrobras, nos cofres do Correios.

Golpe é a inflação devorando o salário do proletário, é a inflação diminuindo o poder de compra daqueles que recebem o Bolsa Família, é vermos o País perder mais de 20 anos do ponto que conseguimos chegar, o País retroceder, o País perder o crédito junto ao mercado internacional, é aportar nesta Casa e nós, parlamentares, legisladores, não termos o direito de discutir, debater para votar projetos de lei importantes, como os que acabam de chegar a esta Casa, na condição de urgência urgentíssima.

Isso é que é de fato golpear os verdadeiros representantes do povo, que somos nós, deputados desta Casa.

Portanto, antes de finalizar, meu caro deputado Rosemberg Pinto, Líder do Partido dos Trabalhadores, leve para o governo do Estado, para o secretário das Relações institucionais – se não me engano, quem cuida dessa pasta é o nosso deputado federal Josias Gomes –, que mande os projetos de lei para esta Casa, para termos a oportunidade de discuti-lo nas comissões permanentes, de chegar a este Plenário, que possamos contribuir, porque é o que queremos acima de tudo.

Ainda hoje, discutíamos com o deputado Luciano Ribeiro e tentávamos, mesmo no gabinete, contribuir com os projetos de lei que chegam a esta Casa.

Portanto, minha querida e nobre deputada Luiza Maia, que nos dá o prazer de retornar a este Plenário, reitero o convite a V.Ex^a para embarcar no túnel do tempo e aportar na atualidade, aportar no momento presente em que vivemos, a política moderna e atual que precisamos implementar neste País.

E, para concluir, devo dizer a V.Ex^a, com muita propriedade, que o seu partido também está envolvido, mas posso garantir a V.Ex^a que eu não estou. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado, Líder do PT, Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, visitantes das Galerias Paulo Jackson, servidores, imprensa, queria aproveitar este momento para dizer que fui à cidade de Valença, na sexta-feira, onde aconteceu a comemoração dos 50 anos do SAAE. Realmente, fiquei impressionado com a história do SAAE de Valença, que foi criado através da Fundação Nacional de Saúde e, depois, tornou-se uma autarquia, como todos os outros SAAE's dos diversos municípios. Hoje, tornou-se uma instituição superavitária que orgulha o povo de Valença, que orgulha todos os servidores daquela autarquia. Nesse sentido, queria registrar - e vou fazer isso – através de uma Moção de Aplauso aos 50 anos do SAAE. E quero aqui dividir com todos os deputados o trabalho desenvolvido pelo SAAE de Valença.

Queria dizer que tenho acompanhado esse debate aqui na Casa em relação aos projetos. Hoje, conversamos com o Líder Zé Neto, deputado Luciano Ribeiro, e chegamos ao entendimento que é necessária mais uma semana para que possamos

debater esses dois projetos que dizem respeito ao Planserv e ao Plano de Previdência dos Servidores do Estado. Inclusive, dialogamos com os diversos segmentos. Porque o Plano de Previdência não é um plano apenas para os servidores que apoiam ou que são contra o governo. Então, é necessário que haja o entendimento global. E tenho convicção de que, se sentarmos para fazer uma análise técnica dos dois projetos de lei, possa ser que existam alguns ajustes a serem feitos, mas, na essência, são mudanças significativas para garantir a musculatura dos dois planos: um de saúde e o outro de previdência.

Por isso, quero louvar aqui a atitude do nosso Líder do governo, deputado Zé Neto, que entendeu tanto por parte das colocações da Oposição quanto dos próprios líderes dos partidos que compõem a Base do governo – esse entendimento. Para que possamos, no decorrer dessa semana, debater a partir de notas técnicas. Deputado Zé Neto, estou fazendo aqui um elogio a V.Ex^a dizendo que possamos dialogar nesse período de mais uma semana que falta para votarmos esses dois projetos de lei que dizem respeito à regulação dos dois planos.

E é natural que, ao final desse debate, os deputados se posicionem a favor ou contra, mas sem nenhum tipo de questionamento por falta de oportunidade de debater essa questão que é vital para os nossos servidores do Estado.

Por outro lado, queria dizer que o governo do Estado está criando os centros de atendimento da agricultura familiar. Hoje, esse centro foi inaugurado em Itapetinga, ontem, em Vitória da Conquista, deputados Zé Raimundo e Herzem Gusmão, que tem o objetivo de unificar as ações do Estado no que diz respeito às estruturas da CAR, as estruturas do CDA e as estruturas da BAHATER, essa instituição que vai cuidar da assistência técnica aos novos agricultores, aos familiares, aos pequenos agricultores do nosso Estado, conseguindo fazer com que essa união possa ajudar a criar as condições para o desenvolvimento da agricultura familiar em nosso Estado, dando condição ao pequeno produtor de fazer com que suas atividades tenham um resultado positivo.

E, por último, dizer, deputado Adolfo Menezes, que nesta Casa nós precisamos que os projetos dos deputados que estão sob discussão da Mesa Diretora da Casa, que na próxima semana possamos inaugurar também além da votação desses projetos, que não acontecerão hoje, e acontecerão na próxima semana, que possamos também apreciar projetos de deputados que essa é a vontade e foi combinado aqui ao final da última legislatura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, Galerias Paulo Jackson. Sr. Presidente, ontem a Oposição foi muito clara

em relação à questão dos projetos que chegaram à Assembleia na sexta-feira com um pedido de urgência do Executivo.

A posição da Oposição é simples. A Oposição só aceita votar esses projetos com o trâmite legal da Casa, ou seja, não pode determinar que se vote na próxima semana. Os projetos têm que tramitar nas comissões. Os deputados têm obrigação de conhecer o que está votando. São projetos importantes que mudam a vida de muita gente, são projetos que interferem diretamente na vida das pessoas, deputado Herzem Gusmão. Os projetos vão ter que tramitar em todas as comissões pertinentes, porque aqui na sessão, antes do recesso, o presidente Marcelo Nilo, na sua cadeira de presidente, afirmou aos parlamentares da Assembleia que não iria mais permitir projeto ser votado a toque de caixa, que não iria mais permitir que projeto fosse votado a toque de urgência. Os projetos tramitariam nas comissões, seriam debatidos pelos parlamentares para que a Casa tivesse o conceito e opinião corretos sobre cada projeto apresentado, e assim a Oposição vai cobrar do presidente essa postura. Não é o governo que vai determinar quando vai votar, a não ser que o governo vote em caráter de urgência, o presidente Marcelo Nilo revogue o que disse publicamente aqui nesta Casa e vote os projetos sem que eles tramitem nas comissões necessárias.

A Oposição quer apenas que esta Casa deixe de ser uma secretaria de governo do Estado, que os parlamentares façam valer o voto que a sociedade baiana lhe deu quando lhe concedeu o mandato, para que chegue aqui, é claro, cada parlamentar aqui tem o seu compromisso político, os deputados do governo defendem o governo. Mas que eles tenham acima de tudo a responsabilidade de votar projetos que não venham prejudicar a sociedade e os baianos. É isso que a Oposição quer, a Oposição não pediu favor a ninguém para retirar projeto. Queremos que os projetos tramitem legalmente nesta Casa nos prazos regimentais, porque entendemos que são projetos importantíssimos que têm que ser debatidos, deputado Herzem Gusmão, que tem que caminhar nas comissões para que elas possam emitir seus pareceres, para que, quando cheguem ao plenário, os 63 deputados tenham consciência absoluta do voto que darão.

Então, esse é o papel da Oposição. Através de nossa bancada, nós estamos querendo apenas que os projetos tramitem legalmente na Assembleia, que passem pelas comissões, que sejam discutidos, e que esta Casa tenha oportunidade de votar “sim” ou “não”. Mas que saiba, deputado Luciano, o que seja votado, porque se votassem hoje um requerimento de urgência, eu iria aqui perguntar qual deputado saberia o que estava votando. É humanamente impossível chegarem cinco projetos, na sexta-feira à tarde, e entrarem hoje em regime de urgência. Seria uma falta de respeito para com a Assembleia, uma falta de respeito com os deputados. Mas, acima de tudo, se a Assembleia concordasse, ela daria as costas ao povo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcelino

Galo. Ausente no momento.

Com a palavra o deputado Alan Sanches por 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado Sr. Presidente, deputados, deputadas, estava um pouco afastado desta tribuna, e quero ir mais ou menos na linha do deputado Sandro Régis: eu acho que esta Casa está tendo a oportunidade de começar a traçar outros paradigmas agora nesse segundo semestre.

Nós recebemos, se não me falha a memória, quatro projetos, ao final da tarde de sexta-feira, e parecia que iam entrar em regime de urgência. Para que os colegas e as pessoas que nos acompanham, aqui, tenham percepção, a partir do momento que os projetos entram em regime de urgência, as emendas só podem ser colocadas por períodos de até 24 horas. Então, você tem que ficar muito atento, aqui na Casa, porque senão você pode tomar um by pass e acaba não podendo emendar alguns projetos. E nós estamos propondo algumas emendas nos projetos que precisam de uma melhoria.

Com relação aos projetos dos Consórcios de Saúde, fala-se em uma nova modalidade de se fazer, de tratar a saúde do Estado da Bahia junto com os municípios. Mas, existem algumas coisas, algumas incongruências que procuramos entender. Como, por exemplo, aqui no projeto que chegou, quando você pode emprestar um funcionário que participe do consórcio, tanto do Estado, como de um dos municípios consorciados, você pode emprestar esse funcionário com ônus ou sem ônus. Hoje, quando um funcionário, aqui do governo do Estado, vem de fora para a Assembleia, o ônus é da Casa. É a Casa que assume. Esse funcionário está desempenhando sua função aqui, então, quem vai assumir o salário desse funcionário é a Assembleia Legislativa.

Agora, o que me causou estranheza foi o fato de que, no regime de consórcios, esses funcionários poderão vir, com ou sem ônus, para a unidade doadora e para a unidade receptora, digamos assim, bem como também até em estágio probatório. Isso me causou estranheza, porque hoje as solicitações dos funcionários – no caso de um motivo de doença, na situação de um familiar, se um conjugue for transferido para determinado município e o funcionário quiser acompanhá-lo – não podem ser atendidas se ele estiver no estágio probatório, mas no consórcio essas solicitações podem ser atendidas. Digamos que o Raimundo Nonato, o Bobô, fez concurso para Casa Nova, concorreu com as pessoas locais e conseguiu passar. Quando ele estiver no estágio probatório de 3 anos, ele já vai poder, com um mês, ser transferido e trabalhar nesses consórcios. Ou seja, deveríamos manter nesse projeto a mesma forma como todos os servidores são tratados. Por que no consórcio esses servidores poderão? Será que é uma fuga? É um escape para alguém em que já estão pensando para ser transferido? Isso tem que ser pensado, porque não vejo motivo algum para que qualquer funcionário, mesmo em estágio probatório, possa ser transferido para trabalhar no consórcio – e poderá ser com ou sem remuneração da unidade doadora ou da unidade recebedora.

Outra coisa que precisamos discutir muito nesta Casa é quando vai se mexer na

pensão. Causa-me estranheza um exemplo que estava dando, em conversa nos bastidores, aqui no cafezinho: um policial que passou em concurso, fez estágio, se preparou e foi para as ruas, a partir daí, se ele tiver 6 meses, vai para o enfrentamento, com a sua vida, às vezes, até como escudo humano, e tem o Antônio Henrique, que é outro policial, que já tem 5 anos e desempenha a mesma função que o outro que tem 6 meses – mas, aquele com 6 meses não fará jus à pensão para sua família se, por algum motivo, vier a óbito, ou para si, caso fique incapacitado definitivamente. Não há motivo para que aconteçam essas mudanças. Sr. Presidente, terminarei mais tarde.

Muito obrigado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Quero que V.Ex^a, aproveitando este momento, faça uma verificação de quórum, já que, numa deferência do deputado Zé Neto, que atende aos pedidos tanto da Oposição, quanto do governo, está sendo distribuída uma nota técnica entre os deputados para que possamos compreender os projetos, para que possamos fazer um debate mais amplo sobre sua integralidade, buscando solucionar os problemas dos 2 planos. Não há votação prevista para esta sessão, e por isso, repito, peço que V.Ex^a faça uma verificação de quórum para sua continuidade.

(O Sr. Deputado Marcelo Nilo assume a presidência dos trabalhos.)

O Sr. Fabrício Falcão: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Fabrício Falcão.

O Sr. Fabrício Falcão:- Sr. Presidente, boa-tarde aos nobres colegas, na verdade pedi a questão de ordem pelo seguinte: eu faço parte da comissão extraordinária criada para acelerar a votação de projetos dos nobres deputados e deputadas aqui na Casa. Durante o período de 2 a 3 meses, alguns colegas encaminharam projetos à comissão, nós fizemos uma pré-seleção de 22 projetos que serão encaminhados a votação. Vou aqui entregar ao presidente Marcelo Nilo a relação com 22 projetos de Sr^{as} e Srs. Deputados para serem votados. Antes, claro, o presidente Marcelo Nilo deverá encaminhar esses projetos para a Comissão de Constituição e Justiça, que dará pareceres sobre a constitucionalidade, e aí poderemos ter a aceleração na votação. Esta Casa precisa votar projetos de deputados. Infelizmente, muitos colegas não entregaram projetos no período, encaminhei ofício a cada gabinete, tenho falado aqui na tribuna acerca da urgência dos nobres colegas nos mandarem esses projetos. Dos que chegaram, fizemos a pré-seleção de 22 projetos e estamos encaminhando para que o presidente possa solicitar que a Comissão de Constituição e Justiça faça a verificação da constitucionalidade e técnica legislativa dos projetos e eles possam ser votados aqui na próxima semana.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vou despachar estes 22

projetos para a Comissão de Constituição e Justiça, dando um prazo de 15 dias, a partir da próxima terça-feira. Se a comissão deferir a constitucionalidade, trarei para serem votados na sessão seguinte.

São 23 projetos que despacharei para a Comissão de Constituição e Justiça agora, dando-lhe um prazo de 15 dias, a partir da próxima terça-feira. E se a comissão não decidir, trarei diretamente ao Plenário, onde serão votados.

Estou sabendo dos projetos agora.

Os projetos são:

1 - Do deputado Aderbal Fulco Caldas, que institui o Programa Estadual de Saúde Vocal para os professores da rede pública.

2 - Do deputado Adolfo Viana, que dispõe sobre a instalação obrigatória de dispositivo de segurança em veículos de transporte coletivo.

3 - Do deputado Alan Castro, que dispõe sobre a proibição de comercialização nas unidades educacionais públicas e privadas de alimentos que contenham gorduras trans no Estado da Bahia.

4 - Do deputado Alex da Piatã, que dispõe sobre a obrigatoriedade de passe livre para as ambulâncias no Estado da Bahia.

5 - Da deputada Ângela Souza, que dispõe sobre a prioridade de cirurgia plástica reparadora às mulheres vítimas de agressão física.

6 - Do deputado Bira Coroa, que institui o Dia Estadual de Comemoração do Dia de África no Estado da Bahia.

7 - Do deputado Euclides Fernandes, que dispõe sobre a meia-entrada para doadores de sangue em eventos culturais, esportivos e de lazer realizados em locais públicos.

8 - Do deputado Fabrício Falcão, que dispõe sobre a alienação de veículos por meio de leilão obrigatoriamente como sucata.

9 - Do deputado Herzem Gusmão, que dispõe sobre a forma de pagamento do IPVA no Estado da Bahia.

10 - Do deputado Jânio Natal, que dispõe sobre a transferência simbólica da capital da Bahia para a Cidade de Porto Seguro no dia 22 de abril.

11 - Do deputado Joseildo Ramos, que dispõe sobre a placa de informação em postos revendedores de combustível, com informação do percentual da diferença do preço do etanol em relação a gasolina.

12 - Do deputado Jurandy Oliveira, que dispõe sobre o tempo máximo de espera em convênios e planos de saúde particulares, com hora marcada, em consulta e em estabelecimentos que realizem atendimento de urgência e emergência por profissionais na área de saúde.

13 - Da deputada Luiza Maia, que dispõe sobre a proibição de veiculação, publicação ou qualquer outro meio de divulgação de peças ou mensagens publicitárias que utilizem imagens sexuais como atrativo no Estado da Bahia.

14 - Do deputado Marcelino Galo, que institui o Dia 7 de janeiro de 1823 como data histórica no calendário de feriados estaduais.

15 - Do deputado Marcel Moraes, que dispõe sobre a autorização de animais domésticos em transportes coletivos no Estado da Bahia.

16 - Da deputada Maria Del Carmen, que dispõe sobre a meia passagem para estudantes que realizam a travessia Salvador/Mar Grande em transportes marítimos.

17 - Da deputada Neusa Cadore, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação do Disque 180 e Disque 100 em estabelecimentos de acesso público no Estado da Bahia.

18 - Do deputado Rogério Andrade, que dispõe sobre a proibição de exigência de caução ou depósito em atendimentos de internação em clínicas e hospitais das redes privadas do Estado da Bahia.

19 - Do deputado Rosenberg Pinto, que institui a Política Estadual de busca a pessoas desaparecidas no Estado da Bahia.

20 - Do deputado Sandro Régis, que dispõe sobre a inclusão da disciplina Educação e Prevenção ao uso de Cigarro, Alcool e outras Substâncias Psicoativas.

21 - Do deputado Sildevan Nóbrega, que dispõe sobre medidas de concentração contra o bullying e combate ao assédio escolar na Educação Básica nas escolas públicas da Bahia.

22 - Do deputado Soldado Prisco, que dispõe sobre o Programa de Conservação, Reutilização e Armazenagem de Água em municípios com mais de 100 mil habitantes.

23 - Do deputado Tom Araújo, que dispõe sobre a implantação de sistema de hora marcada em cartórios da Bahia.

(A deputada Fabíola Mansur fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Infelizmente, V.Ex^a terá que procurar o deputado Fabrício Falcão, porque ele é o presidente da comissão. Não acrescentarei outro.

O presidente da comissão me deu esses 23 projetos. Não acrescentarei outro. Foi nomeada uma comissão, e o deputado Fabrício Falcão, presidente da comissão, trouxe-me esses 23. Quando decidirmos sobre esses 23, aceitaremos outros 23. Senão cometeremos o mesmo erro que cometíamos no passado. Entregaram-me 23 projetos. Despacharei agora para o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Joseildo Ramos, dando o prazo de 15 dias, contados a partir da próxima terça-feira, para que esses projetos sejam julgados pela comissão. Se não julgarem, eu vou trazer direto. Se julgarem, só colocarei em votação o que a comissão disser que é constitucional.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem da minha querida amiga, deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, a despeito de eu conversar agora com o presidente da Comissão de Seleção, Celeridade e Tramitação de Projetos da qual também faço parte, quero dizer que a Comissão de Direitos da Mulher entregou, no mês de março, todos os projetos relacionados às mulheres, os quais são importantes. Esta é a Casa das sete mulheres, e é necessário termos prioridade para esses projetos.

Gostaria, com a vênua de V.Ex^a e do nosso presidente, de dizer que deve ter havido algum erro, pois os projetos, um de cada deputada mulher, não foram acrescentados a essa lista.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada Fabíola Mansur, V.Ex^a...

O Sr. José de Arimatéia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Atenderei V.Ex^a em um segundo, deputado.

V.Ex^a, inclusive, diga-se de passagem, dentre os 63 deputados, é quem mais me cobra a votação de projetos de parlamentares. Tenho de fazer justiça a V.Ex^a! V.Ex^a é a deputada, dentre os 63, que mais cobra a votação de projetos de autoria dos parlamentares. Contudo, eu não posso...

Nós já cometemos um equívoco, deputada Fabíola Mansur, no passado... Todas as vezes que eu trazia uma relação de projetos, deputada, os colegas ficavam questionando o motivo de ter colocado o projeto de A e não o de B. Nós decidimos criar uma comissão, a qual, inclusive, é composta por V.Ex^a, e o deputado Fabrício Falcão me entregou os 23 projetos. Se formos abrir, não chegaremos a lugar nenhum.

Vamos votar esses 23...

O Sr. José de Arimatéia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Atenderei V.Ex^a em um segundo, deputado.

Depois, V.Ex^as que não foram contemplados podem até fazer novas listas. Contudo, eu só trarei as novas listas depois que decidirmos esses 23. Caso contrário cometeremos o mesmo erro do passado. Todas as vezes que eu trazia um projeto de deputado, algum colega dizia: Por que não vota o meu? e terminávamos não votando. Sendo assim, vamos abrir novas inscrições, desde que sejam decididos esses 23.

O Sr. José de Arimatéia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Calma, deputado, eu darei!

Questão de ordem, deputado José de Arimatéia.

O Sr. José de Arimatéia:- Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a informasse quais foram os critérios utilizados pela comissão que foi criada para escolher esses projetos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aí V.Ex^a tem de perguntar ao deputado Fabrício Falcão, que é o presidente da comissão.

O Sr. José de Arimatéia:- Eu gostaria também que, quando a comissão fosse escolher os projetos, os deputados fossem avisados com antecedência o mês, a semana ou o dia que isso acontecerá, porque isso aí “chegou na chinha”, como diz a

história. Chegou em cima!

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vamos ouvir o deputado José de Arimatéia.

O Sr. José de Arimatéia:- Sr. Presidente, aqui mesmo estou com um projeto que eu não sei como passou despercebido pela comissão. Ele diz: “Fica instituído o Dia Estadual dos Conselheiros Tutelares, celebrado anualmente na data de 25 de julho.” Isso foi apresentado e está tramitando na Casa, Excelência. Como um projeto desse passa despercebido, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, estou solicitando ao deputado Fabrício Falcão, presidente da comissão, que traga 23 projetos de deputados diferentes que não estejam incluídos nessa lista.

O Sr. Fabrício Falcão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Atenderei V.Ex^a em um segundo, deputado.

O Sr. Fabrício Falcão:- Sr. Presidente, a comissão foi criada há mais de três meses...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, aguarde só um segundo! Darei a questão de ordem a V.Ex^a.

Estou solicitando a V.Ex^a, que é o presidente da comissão, que me traga mais 23 projetos. Contudo, nós só vamos mandar para a Comissão de Constituição e Justiça depois que decidirmos esses 23. Caso contrário cometeremos o mesmo erro do passado. Entendeu, deputado José de Arimatéia? Combinado? Eu solicito a V.Ex^a, presidente da comissão, que traga 23 projetos de 23 deputados diferentes. Só adotaremos as providências depois que decidirmos esses 23.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, concordo com o encaminhamento que V.Ex^a faz, mas quero chamar a atenção e fazer justiça ao trabalho da comissão. Essa comissão, há mais de 3 meses, comunicou aos gabinetes, fez um acompanhamento e fez cobrança.

Há projetos que foram apresentados a esta Casa no final da semana passada e outros, ontem. Então, não é justo dizer que não houve critério e muito menos que a comissão não fez um trabalho abrangendo a todos.

Reivindicar a entrada de novos projetos é um direito de todos, mas não podemos desfazer do trabalho que a comissão vem fazendo... É preciso ter princípio e respeito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sr. Deputado, eu respeitarei a comissão que foi composta por esta Casa. Não será o presidente que decidirá quais os projetos,

mas a comissão. Quando a comissão enviar novos projetos, eles passarão pela Mesa Diretora e depois para o Plenário.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o Líder do governo, ou do PT, não sei, pediu uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Gostaria de que V.Ex^a estipulasse o tempo regimental e fizesse soar as campainhas para avisar aos deputados que houve um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão.

Quero, também, dizer a V.Ex^a duas coisas. Em primeiro lugar, nesse final de semana, o Brasil foi às ruas. Houve movimentações em todos os estados, em todas as capitais. Hoje, uma terça-feira, após os brasileiros se manifestarem, esta Casa, por vontade do governo, quer encerrar os trabalhos às 15h47min. Em segundo lugar, V.Ex^a tem, na política, uma grande qualidade, que é ser um político de palavra. Todos o admiram por sua conduta e postura. V.Ex^a antes do recesso, na penúltima ou na última sessão, sentado nessa cadeira de presidente, que muito combina com V.Ex^a, disse que não iria mais admitir que projetos do Executivo chegassem a esta Casa e fossem votados a toque de caixa, sem que tramitassem nas comissões e usassem todo o procedimento legal. Chegaram 5 projetos na sexta-feira, projetos esses importantíssimos para sociedade. E tanto o Líder do governo quanto o Líder do PT comunicaram que trarão esses projetos para votação na próxima semana. A próxima semana, Sr. Presidente, não é o tempo regimental.

Como sei que V.Ex^a mantém sempre o que fala e tem como característica honrar o que diz, sei que esses projetos tramitarão nas comissões. A Oposição confia na palavra de V.Ex^a.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Zere-se o painel e marquem-se 15 minutos.

Deputado Sandro Régis, vou ouvir minhas palavras e pode ter certeza de que cumprirei fielmente o que falei.

V.Ex^a está dizendo que informei! Não me lembro! Vou ver o que disse. Pode ter certeza de que cumprirei, mas dentro do Regimento da Casa. Não posso fugir ao Regimento da Casa. Eu nunca digo que não vou permitir, porque quem permite é a Casa, é o regimento – que está acima do presidente. Eu não tenho esse dom autoritário. Vou ver o que eu falei. Deputado Sandro Régis, V.Ex^a, inclusive, poderia até me ajudar e pedir à sua brilhante assessoria que me traga essas declarações. V.Ex^a provocou, tem que trazer. O magistrado só anda se for provocado. Então, V.Ex^a traga.

Primeiro vou ver o que o presidente falou. Agora, o presidente jamais vai ficar acima do regimento, porque o regimento está acima da Presidência.

Gostaria de informar sobre a presença dos estudantes da Escola Municipal Vida

Nova, do Caji, de Lauro de Freitas, que nos honram com suas presenças. (Palmas.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a V.Ex^a e ao Líder do PT aqui nesta Assembleia. Gostaria de solicitar ao deputado Rosemberg Pinto que retirasse a questão de ordem.

Sr. Presidente, o deputado Sandro Régis foi muito feliz quando colocou que, no domingo passado, ocorreram manifestações em todo País. Da semana passada até hoje, chegaram cinco projetos em Regime de Urgência. Desde que retornamos do recesso, ainda não tivemos aqui um grande expediente. A sessão vem terminando, todas as vezes, no pequeno expediente. Sempre porque a Base do Governo vem pedindo para derrubar a sessão.

Temos diversos temas importantes a serem debatidos neste Plenário, e eu não entendo porque o PT vem, todos os dias, derrubando a sessão no Pequeno Expediente. Nós queremos ter o direito de discutir não só as manifestações que vieram das ruas, como os projetos que acabaram de chegar neste Parlamento. Então, queria fazer um apelo ao deputado Rosemberg Pinto para que retire a sua questão de ordem e deixe os parlamentares do Governo se fazerem presentes para que possamos fazer o debate necessário, tanto das manifestações que ocorreram maciçamente no domingo, em vários estados do País, como também com relação aos projetos que chegaram quinta-feira passada. Diga-se de passagem, são cinco projetos em Regime de Urgência. Ou seja, não falta assunto neste parlamento para ser debatido, e eu não consigo entender porque, todos os dias, a Base do Governo, através do Líder do PT nesta Casa, pede para que a sessão seja derrubada.

Então, faço um apelo a V.Ex^a, ao Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, para que ele deixe que o debate ocorra naturalmente. Afinal de contas, este Plenário funciona para isso, para que o contraditório possa ser exercido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

Fica o meu apelo ao deputado Rosemberg Pinto para que deixe a sessão correr naturalmente, para que a gente possa discutir tanto as reivindicações da população que foram feitas através de manifestações em todo País, como os projetos que o próprio Executivo encaminhou para esta Assembleia Legislativa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Rosemberg, V.Ex^a solicitou uma questão de ordem. Então, marque sua presença, por favor.

Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, quero dizer ao deputado Adolfo Viana que sou um dos deputados que fazem esse debate, diariamente, com ele. Mas, deputado Adolfo Viana, todos os finais de sessões aqui foram de comum acordo. É a primeira vez que nós estamos pedindo quórum. Em todas as outras sessões, peguem os relatórios taquigráficos, nós combinamos aqui: falam todos de um lado, falam

todos do outro. Antes de eu pedir verificação de quórum, perguntei se teria o mesmo procedimento das outras vezes. Então, não faz sentido V.Ex^a apresentar um posicionamento e dizer que o governo não quer debater.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputados, por favor, vamos ouvir o deputado Rosemberg. Deputado Zé Neto, deputado Targino, deputada Fabíola vamos ouvir o deputado Rosemberg, por favor.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não tenho nenhum problema em fazer o debate sobre qualquer tema, inclusive, sobre as manifestações, até porque, deputado Adolfo Viana, no domingo liguei para um amigo meu que estava na manifestação para saber como é que foi, e ele até me perguntou se eu não queria ir lá conversar com ele, que estava no Iate, depois da manifestação. Eu disse a ele que não podia, pois eu estava chegando da cidade de Valença. Ou seja, não tenho nenhum problema em fazer esse debate. Poderia ter feito lá no Iate com a grande maioria das pessoas que estavam na manifestação, que, depois que terminou, foram para lá, passear de lancha etc. E é um direito, é legítimo, não há problema, então, eu não tenho problema em fazer esse debate aqui.

Agora, todas as mudanças que fizemos aqui, a suspensão das sessões foram combinadas e, antes de pedir verificação de quórum, eu solicitei da Liderança da Minoria se havia interesse em pactuar um acordo nesse sentido. E é natural. Eles entenderam que não, e eu pedi uma verificação de quórum, até com a justificativa que V.Ex^{as} tinham dado aqui, que seria necessário tempo para debater os projetos. E nós, inclusive, vamos aproveitar esse tempo para marcar as reuniões da Maioria com a Minoria para debater esses projetos tecnicamente e teremos oportunidade amanhã, quinta-feira. Então temos tempo para debater isso. Agora, o ponto de debate desse tema é nas comissões. Acho que é na comissão que temos que fazer um debate mais criterioso sobre os diversos temas.

Então, eu, deputado Adolfo, não tenho nenhum problema de debater os dois temas, tenho convicção que V.Ex^{as} vão reconhecer a importância do governo, a importância desses dois projetos de lei, no sentido de melhorar tanto a parte da Previdência quanto a parte do Plano de Saúde dos Servidores, ou seja, temos tempo para debater.

Como não é um projeto para votar, deputado Marcelo Nilo, e combinamos que votaríamos logo depois para permitir esse debate, é nesse sentido que fiz a questão de ordem, deputado Adolfo Viana, com a vossa vênica, para que pudéssemos estudar melhor o projeto, debatê-lo. Quero pedir a V.Ex^a que a gente faça uma reunião agora para discutir a sessão do amianto, se a gente pode fazer isso logo depois, para que haja um debate mais aprimorado com relação à sessão especial que acontecerá no dia 20, com relação ao uso do amianto aqui no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o apelo que fiz ao deputado Rosemberg Pinto...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, peço vênia a V.Ex^a, porque o deputado Pablo cede para o deputado Adolfo. Peço perdão. V.Ex^a continua com a palavra, depois deputado Pablo terá a palavra.

O Sr. Adolfo Viana:- Falarei, em 5 minutos, para que o deputado Pablo possa se manifestar também.

Eu só quero pedir a atenção do deputado Rosemberg Pinto, porque a Oposição gostaria de poder expressar o que vem pensando, nesse momento. Na hora, deputado, que V.Ex^a derruba a sessão...

O Sr. Rosemberg Pinto:- (Fala fora do microfone.)

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado, V.Ex^a fala aqui que quer derrubar a sessão para fazer uma reunião para debater os assuntos. O lugar do debate é aqui no plenário. Não sei porque o Partido dos Trabalhadores insiste em fugir do debate no Plenário, que é o local correto.

V.Ex^{as} encaminharam cinco projetos. Aconteceram manifestações em quase todos os estados do Brasil e V.Ex^{as} insistem em derrubar a sessão no Pequeno Expediente!

Nós ficamos vários dias em recesso, e desde que retomamos os trabalhos não tivemos a condição de estender a sessão uma vez sequer após o Pequeno Expediente. Não houve neste Plenário, depois do recesso, um Grande Expediente sequer.

Eu não consigo entender porque o Partido dos Trabalhadores insiste em não deixar que as sessões ocorram regularmente aqui, na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, eu faço coro às palavras do nosso Líder, Sandro Régis, e do deputado Adolfo Viana, porque retornamos do recesso e nas últimas 3 semanas não tivemos a oportunidade de estender uma sessão sequer além do Pequeno Expediente.

Todos nós aqui temos assuntos importantíssimos a tratar, e a Bahia espera de nós uma postura de respeito para com os baianos, e acho que é significativo o respeito, e devemos ter a oportunidade de debater, o máximo possível, questões que são importantes para todo o Estado.

Recebemos cinco projetos, com pedido de regime de urgência, do Executivo. Projetos esses que, se perguntarmos aos 63 deputados, um ou dois saberão dizer profundamente do que se trata ou debater sobre o assunto. A maioria saberá superficialmente. São projetos importantíssimos como o do Consórcio dos Municípios, do Funprev, e sabemos que na próxima semana virá o projeto do Planserv. Toda a Bahia tem interesse em ouvir a nossa posição sobre esses projetos.

Acho importante o Partido dos Trabalhadores, que, hoje, prega a unidade da Nação e o debate de todos os temas importantes, fazer jus a isso e dar espaço para debatermos aqui.

Vamos parar com essa mania de derrubar todas as sessões quando não é do interesse deles ou quando não têm maioria para debater assuntos importantes para o nosso Estado.

Eu peço ao nobre Líder do governo, deputado Zé Neto, que convoque os deputados da Bancada do governo para que venham dar presença, para que possamos debater assuntos importantes para o nosso Estado. Apesar de ser novato, sei que a Casa quer muito trabalhar e mostrar serviço, e só pode mostrar serviço usando o tempo e o espaço que nos cabem para demonstrar a nossa opinião à sociedade diante de temas tão relevantes.

No domingo, aconteceram protestos nas ruas, que visam à mudança da estrutura política e da forma política de se conduzir o País. Nós temos a obrigação de dar a nossa participação para a sociedade de uma forma relevante. Para isso Sr. Presidente, precisamos participar.

Agora, usando o Pequeno Expediente para comunicar moção, para falar superficialmente de temas, infelizmente, não chegaremos a consenso algum, não teremos a oportunidade de debater nada de importante, nem de crescer e fazer essa Bahia entrar nos trilhos.

Afinal, só vejo o governador do Estado encaminhar projetos para cá com pedidos de regime de urgência, mas não vejo projeto com planejamento algum para nosso Estado vindo do Sr. Governador.

Eu agradeço a V.Ex^a por esta questão de ordem, e faço um apelo, novamente, ao Líder Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Informo aos Srs. Deputados que existem em Plenário apenas 19 parlamentares e declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.